

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE SOBRE OS RELATOS DAS VÍTIMAS

Chaylane Bruna de Almeida Costa¹

Byanka Hakauanne Da Rocha Lopes²

Vanessa Dos Santos Silva³

Thalita Carla De Lima Melo⁴

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

A violência não é única, e sim múltipla. É considerada como um problema de saúde pública, e não apenas entre agressor e vítima. Este trabalho teve como objetivo relatos das vítimas de violência doméstica e analisar a articulação entre eles. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou a pesquisa descritiva para colher informações. Os dados foram coletados por meio de análise documental, que se debruçou em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica publicados na internet. Nessa perspectiva, foi encontrado o site <http://www.naoaguentoquando.com.br>, conhecido por NAQ. Após os relatos selecionados, foi feita uma análise de conteúdo em que se utilizou a tabulação dos dados recolhidos, com o objetivo de padronizar e facilitar a leitura das informações obtidas.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Mulher. Violência Doméstica. Relatos. Análise.

ABSTRACT

Violence is not unique, but multiple. It is considered as a public health problem, and not just between the aggressor and the victim. This work aimed at presenting the reports of the victims domestic violence and analyzing the articulation between them. It is a qualitative research that used descriptive research to collect of information. The date were collected through documentary analysis, which dealt with reports of women victims of domestic violence published on the internet. From this perspective, was found the website [http: www.naoaguentoquando.com.br](http://www.naoaguentoquando.com.br), known as NAQ. After the selected the reports, a content analysis was performed using the tabulation of the collected data, aiming to standardize and facilitate the reading of information obtained.

KEYWORDS

Gender. Woman. Domestic Violence. Reports. Analyze

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca abordar questões de gênero, violência doméstica e políticas públicas voltadas para as vítimas, assim como pontuar a atuação do profissional de psicologia frente às mulheres que sofrem esse tipo de agressão. É importante destacar que esta é uma temática pesquisada como continuação em prol da luta pelos direitos das mulheres, muitas vezes negligenciados. Foram utilizados como referenciais teóricos pesquisadores que estudam a área social, tendo como foco a contextualização da violência doméstica e suas diversas modalidades. Nosso objetivo é reunir relatos dessas vítimas e analisar a articulação entre eles.

Aqui, traremos a contribuição da Psicologia sobre os tipos de violência – que não é única, e sim múltipla; é um problema de saúde pública, e não apenas um problema entre agressor e vítima.

Na definição de violência de Chauí (1980), a mulher é deslocada da posição de sujeito de direitos e vista como objeto, tendo, assim, seus direitos contrariados não só pelo seu companheiro, mas pela sociedade como um todo.

Um dos motivos que muitas mulheres permanecem em um relacionamento com violência é a dependência emocional, este é um dos pontos que precisa ser trabalhado no momento de apoio às vítimas. Com índices alarmantes de violência doméstica em nosso país, cabem ser implantadas cada vez mais políticas públicas, e as existentes serem ampliadas, pois segundo a Organização Mundial de Saúde cerca de 35% das mulheres são vítimas de violência física e/ou sexual no mundo. Segundo a Agência Brasil, outro dado que chama a atenção é o fato da economia do Brasil perder cerca de R\$ 1 bilhão devido às consequências da agressão sofrida pelas trabalhadoras dentro de suas casas.

2 METODOLOGIA

O presente artigo consiste em uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo e outros autores (2002), esta abordagem corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos. Neste sentido, utilizou-se pesquisa descritiva para colher informações sobre violência de gênero. De acordo com Gerhardt e Silveira (apud CAMBOIM; BEZERRA; GUIMARAES, 2015) a pesquisa descritiva serve para especificar propriedades e características importantes do fenômeno analisado. Os referenciais teóricos foram: Brasil (2006), Chauí (1980) e Chalhub (2010), entre outros, todos relacionados à temática, para maior validação do trabalho.

Os dados foram coletados por meio de análise documental, que se debruçou por relatos de mulheres vítimas de violência doméstica publicados na internet. Atualmente, diante da quantidade de material disponibilizado na internet, essa se tornou uma fonte de pesquisa documental cada vez mais frequente. Para Camboim, Bezerra e Guimarães (2015), métodos e técnicas de pesquisa utilizam a rede mundial de computadores como objeto de investigação ou como fonte ou meio de coleta de dados.

Nessa perspectiva, foram encontrados quatro sites que continham relatos de mulheres acerca da violência que sofreram. Dentre eles, escolhemos o Não Aguento Quando¹, conhecido como NAQ, um projeto composto por mulheres. Como critério de inclusão da pesquisa, o site foi escolhido por abordar exclusivamente temáticas relacionadas a gênero, visto que o objetivo deste trabalho foi reunir vivências das vítimas para analisar e articular os relatos em consonância com a Lei Maria da Penha.

Como critério de exclusão, foram retirados os demais sites, pois não tratavam especificamente sobre a temática. Devido à grande quantidade de relatos e à necessidade de informação mais recente, foram escolhidos 15 depoimentos datados de 2016 a 2018.

Após os relatos terem sido selecionados, foi realizada análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006) refere-se ao conjunto de técnicas para analisar as comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Partindo dessa teoria foram realizadas as coletas e a transcrição das partes que se destacaram do material colhido.

Para análise de conteúdo utilizou-se a tabulação dos dados recolhidos que tem como objetivo padronizar e facilitar a leitura das informações obtidas nos relatos. A tabulação foi subdividida por categorias de acordo com os pontos-chaves: violência psicológica, violência física, violência patrimonial, violência moral, violência sexual e denúncia e acompanhamento psicológico. A pesquisa foi realizada no período de março a maio do corrente ano. Os nomes das vítimas estavam anônimos no site, não houve identificação delas. Sendo, assim foram utilizados números de 1 ao 15 para identificar os relatos.

1 Disponível em <http://www.naoaguentoquando.com.br>.

3 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS VÍTIMAS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

3.1 DEPENDÊNCIA EMOCIONAL COMO AGRAVANTE

Para Chalhub (2010), depender da pessoa que se ama é uma maneira de se enterrar em vida, um ato de automutilação psicológica em que o amor-próprio, o autorrespeito, bem como a nossa essência é oferecida, como também presenteadada irracionalmente, toda via faz ver o anormal como normal, inverte os valores e compromete os princípios. Desta maneira, a dependência emocional torna-se todos os dias uma prisão, um fardo, um aniquilamento, uma morte devagar.

Segundo Barcelos (1993), alguém envolvido em um relacionamento desse tipo tem constantemente a sensação de dor, de angústia; seu discurso é sempre recheado de muito ressentimento (mágoa) e a pessoa tem dentro de si um forte sentimento de injustiça. Mas, na concepção desse indivíduo que está enfrentando este dilema, não é fácil ficar sozinho em um mundo no qual, aparentemente, a maioria deseja viver aos pares.

A dependência emocional é um esquema permanente de demandas afetivas que aspiram a serem respondidos por intermédio de relacionamentos entre pessoas, determinados por inclinações patológicas. Um dos problemas em investigar sujeitos com dependência emocional está ligado à ausência do entendimento dessa desordem na concepção da sociedade e da equipe de saúde, por isso, os recursos disponíveis são pouco utilizados como as psicoterapias –, dando apenas importância quando se chega ao término do relacionamento (CHALHUB, 2010).

Conforme Riso (2008), metade das consultas psicológicas se deve a problemas ocasionados ou relacionados à dependência patológica interpessoal. Amor e apego não devem ser excessivos, pois a dependência afetiva faz adoecer, castra, incapacita, elimina critérios, degrada e submete, deprime, gera estresse, assusta, cansa, desgasta e, finalmente, acaba com todo resquício de humanidade possível. Esses comportamentos configuram-se como morbidades de outras psicopatologias, como depressão, transtornos alimentares e de ansiedade.

4 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo Marinho, Vieira e Souza (2006), a violência contra a mulher cometida por parceiro íntimo é um fenômeno complexo que vem sendo encarado como problema de saúde pública, não somente devido às suas complicações, mas também ao fato de o serviço de saúde ser um dos locais mais procurados por mulheres nessa situação. Sobretudo, fatores como a falta de empatia e de capacitação dos profissionais de saúde, a tendência à medicalização dos casos e a pouca articulação entre os diferentes setores da sociedade tornam o problema ainda mais complexo e de difícil enfrentamento.

Essa procura pelo serviço de saúde advém da necessidade de cuidados provocada pela violência física, pelas sequelas psicológicas, além de sintomas vagos e dores inexplicáveis. Muitas vezes, essas vítimas não se dispõem a relatar os episódios de violência que sofrem, mantendo o problema oculto e assim dificultando seu diagnóstico.

Para Antoni e Koller (2001), a inserção do profissional de psicologia na equipe técnica do serviço de atenção e atendimento às vítimas é tarefa a ser realizada de acordo com uma demanda de urgência, com o objetivo de amenizar o sofrimento por meio de atendimento e acolhimento profissional sob uma ótica com base apenas na singularidade dos conhecimentos e da formação específica do profissional. Entretanto, há, por parte desse profissional, um interesse em compreender o processo subjacente que permite a ocorrência da violência, a partir do ponto de vista da vítima e dos registros de encaminhamento do caso para a instituição responsável pelo atendimento (se for o caso).

A partir desse entendimento, as decisões tomadas representam o melhor que a instituição e o profissional podem fazer pela vítima naquele momento. Por esse motivo, a mulher vítima de agressão demanda de ajuda externa que a auxilie a criar recursos para modificar sua realidade e superar as consequências deixadas pelo processo de submissão às situações de violência (HIRIGOYEN, 2006).

O profissional de psicologia, independente da abordagem ou estratégia adotada para desempenhar esse tipo de atendimento, deverá, primeiramente, criar um "rapport"² e um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta em um ambiente seguro, confiável, sem julgamentos, possibilitando um espaço de atenção e escuta, pois somente desta forma ela conseguirá compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento (SILVA *et al.*, 2017).

Conforme Reis (2010), após o acolhimento inicial, sendo identificada a necessidade de acompanhamento psicológico, este é agendado e passa a ter retornos semanais ou quinzenais, conforme a situação de risco à qual a mulher estiver exposta e o nível de comprometimento emocional que ela apresenta, facilitando o processo de elaboração das vivências e construindo uma dinâmica de autoajuda.

Em relação à mulher, identificam-se como fatores para manutenção do relacionamento, apesar das contingências aversivas envolvidas, a falta de recursos financeiros próprios, de autoconfiança para iniciar novo relacionamento afetivo, promessas de mudança de comportamento do companheiro, medo de retaliação por parte do companheiro ou do grupo social, além de autorregras relativas ao compromisso com o relacionamento e ao seu papel social de mantenedora deste. (REIS, 2010, p. 137).

Forma-se um ciclo vicioso, onde há um modo de comunicação entre o agressor e a vítima. Dentro de tal situação, há inúmeras condições que levam a mulher a sujeitar-se ao domínio do homem.

² Com nome originado da palavra em francês *rapporter* (trazer de volta), trata-se de uma técnica usada na Psicologia para estabelecer sintonia e criar empatia com outra pessoa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com as falas dos sujeitos que descreveram suas vivências nos relacionamentos interpessoais, foram identificados diversos tipos de violência. A agressão entre pessoas pode ocorrer em dois âmbitos: o comunitário, definido como ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos, e o intrafamiliar, entre parceiros íntimos e membros da família (OMS, 2002, p. 80). A partir de tais afirmações, foram identificados os cinco tipos de violência, a saber: violência psicológica, violência física, violência patrimonial, violência moral e violência sexual, além do tópico denúncia e acompanhamento psicológico.

5.1 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Trata-se de qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da vítima (BRASIL, 2006). Fica visível na fala a seguir tais prejuízos característicos de condutas desfavoráveis:

[...] e ele foi especialista em me desequilibrar psicologicamente, além de sentir medo dele fazer algo pior do que apertar meu pescoço. Ainda tinha a pressão psicológica de que eu estou errada o tempo todo, de que eu sou sem noção, louca, desequilibrada e por isso eu estou na condição que estou. (Relato 9).

Na fala abaixo, a vítima demonstra sentimento de culpa, pois só se deu conta da dependência afetiva do parceiro depois que chegou às consequências negativas de suas escolhas.

Briguei com meus pais, com minha irmã, fui contra a opinião dos meus melhores amigos, comecei a decair na escola, comecei a imaginar um futuro que pertencia a ele, não a mim. (Relato 4).

O fato de ter noção de que algo está errado não significa estar imune a recaídas. O relato a seguir nos mostra isso:

Bom e por que, mesmo sabendo que tem algo errado, eu ainda vou continuar? Não sei, talvez seja uma doença. Autoestima baixa, ela é uma grande vilã, ela destrói seu ego, suas forças, te faz

sentir fraca, te faz ter medo de ficar sozinha, te faz achar que você nunca irá achar alguém melhor, mesmo que exista um mundo de gente bacana, mas que você está cega demais para ver. (Relato 5).

Em relação à mulher, há inúmeras condições que a levam a sujeitar-se ao domínio do homem, como a falta de recursos financeiros próprios e de autoconfiança para iniciar um novo relacionamento afetivo, promessas de mudança de comportamento do companheiro, medo de retaliação por parte dele ou do grupo social, além de autorregras relativas ao compromisso com o relacionamento e ao seu papel social de mantenedora. Desta maneira, forma-se um ciclo vicioso onde há comunicação entre o agressor e a vítima. Este ciclo possui três etapas, aumento de tensão, ataque violento e lua de mel. A cada fase é atribuído comportamentos como injúrias, ameaças, seguidos de maus-tratos e reconciliação (REIS, 2010, p. 137).

Engoli os erros dele. Perdoei tudo. Aceitei ele de volta diversas vezes. E era sempre o mesmo ciclo vicioso. Ele cometia o erro, eu perdoava, ele fingia ter mudado por um tempo e errava de novo. De repente, vi minha vida totalmente confiscada. (Relato 4).

É observado que apenas quando há término de relacionamento ou algo de mais grave acontece, como, por exemplo, não saber lidar com a vida que está levando, que se busca atendimento psicológico. Em conformidade com Riso (2008), metade das consultas psicológicas se deve a problemas ocasionados ou relacionados à dependência patológica interpessoal. Nos relatos 3 e 14, fica claro como o corpo e a mente demonstram que algo está errado.

Eu já tive síndrome do pânico e depressão, tomei remédios por 2 anos. E agora os sintomas estão voltando. Me sinto fraca porque não tenho coragem de enfrentar essa situação. (Relato 3).

Minha mãe não se separou. Não sei se isso foi o certo. Ela entrou em uma depressão sem fim. (Relato 14).

5.2 VIOLÊNCIA FÍSICA

Conforme Day (2003) o abuso pelo parceiro pode tomar várias formas físicas, tais como: golpes, tapas, chutes, surras, tentativas de estrangulamento, queimaduras, quebras de objetos favoritos, móveis e ameaças. Dessa maneira, o abuso pelo companheiro é habitualmente parte de um modelo repetitivo, de controle e subjugação, mais do que um ato único de agressão física.

[...] e qual foi minha surpresa, as pancadas reapareceram, mais fortes, mais duras do que nunca, seguidas de ameaças com uma faca na mão. (Relato 10).

A Organização Mundial da Saúde (2002, p. 5) define violência como

O uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

À vista disso, o próximo relato traz evidências que comprovam essa afirmação.

Ele falava que eu merecia, socava minha cabeça e enterrava meu rosto na terra. Ele enfiou madeira em mim, me espancou e me largou lá. (Relato 11).

Para Minayo (2006), a maior parte das dificuldades para conceituar a violência, ainda mais a física, vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. No mais, tal agressão fere os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (MADERS; ANGELIN, 2014).

[...] e na minha fuga, uma ponta de cigarro acesa queimou o meu rosto, e mais um pouco da minha alma. (Relato 10).

5.3 VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Em conformidade com a Lei Maria da Penha, a violência patrimonial constitui-se como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006). Entretanto, a violência patrimonial pode ser engendrada por formas mais sutis como retenção de cartões bancários, não permitir que a mulher trabalhe, gerando dependência financeira, entre outros. No tocante a esse fato, os relatos a seguir mencionam tais constrangimentos.

Restringir o dinheiro foi o segundo passo. Eu não trabalhava, durante 6 meses fiquei em casa cuidando da minha filha. Ele restringia ainda mais o dinheiro [...]. (Relato 1).

Eu deveria pedir dinheiro para ele para qualquer coisa que eu gostaria de comprar, mesmo as coisas da casa e a as necessidades da Sarah. Ele gostava de me colocar nessa posição de inferioridade. (Relato 1).

Ao seguir a lógica de a violência ser múltipla e referir-se a conflitos de autoridade, lutas pelo poder e vontade de domínio, posse e aniquilamento do outro ou de seus bens (MINAYO, 2006), o próximo relato alega limitações desenvolvidas por relações de poder e submissão.

Eu fiquei na casa dele por uma semana, onde não tinha o que comer. Eu não tinha grana pra voltar pra casa (porque a grana que eu tinha, ele pegou), não tinha grana pra comer e pra piorar, tinha vergonha de pedir ajuda [...]. (Relato 13).

5.4 VIOLÊNCIA MORAL

Denomina-se violência moral qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006), a exemplo do que pode ser visto nos relatos a seguir:

[...] Um conhecido meu que trabalhava no mercado me mandou uma mensagem dizendo que ele estava se vangloriando e rindo de mim [...]. (Relato 6).

“Nossa, olha que tesão! Essa novinha vive passando com os fones no ouvido e nunca escuta a gente. Ela precisa ouvir, precisa saber o quanto acho ela gostosa. Se ela ficar passando aqui na porta com essas calças apertadinhas eu vou acabar metendo nela sem querer. Tem ‘mó’ cara de ‘vagaba’, essazinha aí! Se eu pego uma ‘mina’ dessas eu arregajo ela todinha!”. (Relato 8).

Na perspectiva da definição de violência de Chauí (1980), a autora afirma que a mulher é deslocada da posição de sujeito de direitos e inserida na posição de objeto, tendo, assim, seus direitos contrariados não só pelos seus companheiros, mas pela sociedade como um todo. O relato a seguir demonstra a posição em que o agressor coloca a vítima, expondo-a de maneira constrangedora.

Quando estávamos entre os amigos dele e qualquer um me elogiava, ele sempre dizia que “se o amigo quisesse, ele estava vendendo o ágio”, sempre me xingava diante dos outros, mas depois dizia que “era só brincadeira” e me tratava com todo o amor do mundo. (Relato 13).

Segundo Pinto (2010), ao longo da história ocidental, mulheres se rebelaram contra sua condição e seu modo de ser vistas e tratadas, lutaram por liberdade. A partir dessa constatação, surge um questionamento: porque ainda há mulheres que

se submetem a ser manipuladas, maltratadas e tratadas como escórias da sociedade? No relato a seguir, verifica-se tal comportamento.

Depois de horas de discussão, de agressões psicológicas, de chantagens emocionais, vem o motivo: você desligou o celular de propósito, pois estava com o seu ex. A acusação era tão absurda, que eu ri. Um riso cansado e nervoso. (Relato 15).

5.5 VIOLÊNCIA SEXUAL

A Lei 11.340 configura este tipo de violência como qualquer conduta que constranja a vítima a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força (BRASIL, 2006). Podemos identificar, por meio do relato abaixo, um comportamento em que a vítima foi obrigada a manter relação sexual sem o seu consentimento, ficando claro também que foi utilizado o uso da força:

Logo... Estava novamente, com alguém entrando e saindo de mim fortemente, meus gritos, minhas lágrimas e muito menos toda a força que eu fiz para escapar não serviam. Dessa vez durou em torno de duas horas, mas me pareceram anos [...] (Relato 12).

A referida lei também cita violência sexual quando o agressor faz com que a mulher seja induzida a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, sua sexualidade, sendo impedida de usar qualquer método contraceptivo ou forçada ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou tenha que tenha limitado ou anulado o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006). Neste relato, a vítima foi induzida a utilizar de qualquer modo sua sexualidade, anulando o exercício de seu direito sexual, uma vez que foi coagida a ter relação indesejada.

Meu agressor me obrigou a ter relações sexuais com ele e com o amigo dele ao mesmo tempo, eu não senti nenhum tipo de prazer, só me sentia suja. E em outra situação, eu estava conversando amigavelmente com 3 amigos dele, na presença dele, e ele me puxou pra um canto e começou a me acusar: disse que eu estava louca pra dar e que era pra eu escolher 1 dos 3 porque eu não ia sair daquele lugar sem dar pra um deles [...] (Relato 13).

No próximo relato, a vítima descreve agressões de cunho psicológico, físico e sexual. Para Day (2003), a agressão do parceiro íntimo, os maus-tratos ou o espancamento são sempre acompanhados de agressão psicológica e, de um quarto a metade

das vezes, também ocorre sexo forçado. Para Araújo (2010), em 2009, o estupro marital é reconhecido pela Lei 10.015, do novo código penal. Já não era sem tempo, pois, essa medida é necessária para esclarecer o que realmente é estupro.

[...] já aconteceu sexo forçado, invasão de privacidade no meu celular, acusações e empurrões e ele sempre a vítima da história, e eu, a louca, bipolar e endemoniada [...]. (Relato 2).

5.6 DENÚNCIA E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO

Para Nobre e Barreira (2008), com a institucionalização das práticas sociais contra a violência de gênero, houve a criação das Delegacias da Mulher, garantindo direitos sociais, proteção policial e acesso à Justiça.

Segundo Martins e outros autores (2005), por meio da Lei Maria da Penha foram reafirmados serviços existentes e a criação de novos, como casas-abrigo, núcleos de defensorias públicas especializadas, serviço de saúde e centros especializados. As informações às vítimas ficaram mais acessíveis, como vemos nos relatos a seguir:

Pedi pra ele sair de casa. Alguns dias depois, ele saiu, acredito que porque eu fui à polícia relatar a violência [...]. (Relato 1).

Passei por todo o procedimento, inclusive a parte de denunciá-lo. (Relato 12).

Porém, mesmo a mulher realizando a denúncia, ela pode correr o risco de assumir uma posição de culpada pelo agressor ou até mesmo desenvolver problemas de ordem psicológica. Daí a importância do acolhimento psicológico. De acordo com Antoni e Koller (2001), a inserção do profissional de psicologia na equipe técnica do serviço de atenção e atendimento às vítimas é tarefa a ser realizada com caráter de urgência, para amenizar o sofrimento.

Apesar de todos os avanços proporcionados pela Lei Maria da Penha, ainda existem várias barreiras quanto à notificação das violências. Podemos verificar por meio de relatos o despreparo de profissionais para lidar com as vítimas, sendo visível o desconhecimento acerca de como proceder frente a alguns casos.

No dia seguinte, eu fui com uma amiga minha na delegacia da mulher. A mulher perguntou qual vínculo eu tinha com ele e eu disse que não tinha vínculos. Ela não quis nem escutar minha história e disse que eu não poderia registrar minha denúncia lá porque eu não tinha dado nenhum beijo nele. (Relato 7).

Há, por parte de alguns profissionais da psicologia, preocupação em entender todo o processo que permite a ocorrência da violência. Isso se dá por meio dos re-

gistros de encaminhamento do caso e do ponto da vítima, que precisa dessa ajuda externa para criar recursos, modificar situações e superar as consequências deixadas pela violência (HIGOYEN, 2006).

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, abordamos os tipos de violência e suas modalidades e relatos de mulheres vítimas de algum tipo de agressão, bem como fornecemos embasamento teórico sobre a importância do profissional de psicologia junto as vítimas. Após o trabalho de pesquisa, leitura e aprofundamento nesses conteúdos e relatos, percebemos o quão impactante é para as vítimas passar pelo período de violência, desde uma frase de humilhação até uma surra. Socialmente falando, a mulher se sente culpada pela situação e, muitas vezes, com medo de buscar ajuda, pois o agressor a faz acreditar que ela “merece” a violência. Psicologicamente, essas mulheres carregam cicatrizes no corpo e na alma e algumas desenvolvem traumas e transtornos psicológicos, a exemplo o transtorno do estresse pós-traumático, em decorrência do ambiente agressor e dos tipos de violência sofrida.

A análise e discussão dos relatos foi uma ferramenta muito importante na construção desta pesquisa, pois proporcionou acesso aos depoimentos de vítimas de violência e nos ajudou a entender melhor a diferença entre os tipos de agressão. Porém, em alguns momentos, as falas nos confundiam, como se todas as modalidades de violência estivessem articuladas, conectadas umas às outras, e não pudéssemos vê-las de forma separada.

A violência trata-se, portanto, de um assunto de saúde pública, que afeta terceiros. Deve ser levada em consideração a individualidade das vítimas, que precisam ser acolhidas em sua totalidade. Qualquer que tenha sido a modalidade de violência sofrida, a vítima deve ser assistida pelos órgãos competentes. Percebemos também, ao longo do percurso da pesquisa, que as políticas públicas necessitam de um melhor suporte para essas mulheres, como por exemplo, que as delegacias sejam mais ampliadas e estruturadas e que essa é uma questão política de cada região.

Concluimos, então, que essa pesquisa foi bastante enriquecedora e informativa e pudemos, ao longo da trajetória, visualizar a grandeza do assunto em questão, como também ter conhecimento de muitas informações que antes não tínhamos. Esperamos que esta pesquisa possa ajudar acadêmicos que, assim como nós, levam em consideração pesquisar e entender questões relacionadas à violência contra a mulher, seja qual for a modalidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Violência contra a mulher gera prejuízo de R\$ 1 bilhão para economia brasileira.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-08/economia-brasileira-perde-r-1-bilhao-por-cao-da-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 8 jun. 2018.

ANTONI, C.; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicol. Ciênc. Prof.**, v. 21, n. 1. Brasília, mar. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-989320010001000003&script=sci_arttext. Acesso em: 5 maio 2018.

ARAÚJO, Moacir Martini de *et al.* Violência, saúde e a nova lei sobre os crimes contra a dignidade sexual. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde** (Impresso), v. 12, n. 3, p. 273-278, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/v12n3/v12n3a10.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

BARCELOS, C. **Criando sua liberdade**: amor sem dependência. São Paulo: Gente, 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad.: L. de A. Rego; A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal ea Lei de Execução. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 22 abr. 2018.

CAMBOIM, L. G.; BEZERRA, E. P.; GUIMARÃES, I. J.B. Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 123-134, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/25380>. Acesso em: 21 maio 2018.

CHALHUB, A.; RODRIGUES, S. Amor com dependência: um olhar sobre a Teoria do Apego. 2010. **Psicologia.Com.Pt**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0155.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

CHAUÍ, M. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. **Obra de Paulo Freire**; Subgrupo Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1980). Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/2200>. Acesso em: 22 abr. 2018.

DAY, V. P. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. supl. 1, p. 9, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>. Acesso em: 22 abr. 2018.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MADERS, A. M.; ANGELIN, R. Direitos humanos e violência doméstica contra as mulheres: oito anos de encontros e desencontros no Brasil. **Faces de Eva: estudos sobre a mulher**, n. 32, p. 41-58, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n32/n32a05.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MARINHO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 604-610, 2006. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/3822/art_GUEDES_A_violencia_de_genero_e_o_processo_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 maio 2018.

MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil** (versão preliminar). Brasília, , n. 13, p. 1-37, mar. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/ainstitucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 7-79.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. SciELO-Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Métodos qualitativos e quantitativos: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

NOBRE, M. T.; BARREIRA, C. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 138-163, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/868/86819551007.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Salud Mundial: Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 1993. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342375292/relatorio-mundial-sobre-saude-e-violencia-oms-pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

PEREIRA, Gabriela; TACCOLINI, Isabela. **Não Aguento Quando**. 2014. Disponível em: <http://naoaguentoquando.com.br/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

REIS, A. A. O atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no Centro de Referência Maria do Pará: um balanço após dois anos de funcionamento. **Revista do Nufen**, v. 2, n. 1, p. 134-139, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000100008. Acesso em: 6 maio 2018.

RISO, Walter. **Amar ou depender?** Como superar a dependência afetiva e fazer do amor uma experiência plena e saudável. Trad.: Marlova Aseff. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SILVA, A. C.; MELO, B. S.; SILVA, E. F. M.; CATARINO, E. M. Violência doméstica no contexto familiar. Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, 2, **Anais [...]**, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/287-928-1-PB.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

Data do recebimento: 30 de julho de 2018

Data da avaliação: 23 de novembro de 2018

Data de aceite: 15 de dezembro de 2018

1 Graduanda do Curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: bruna.bmata93@hotmail.com

2 Graduanda do Curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: byankahakauanne@hotmail.com

3 Graduanda do Curso de Psicologia no Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

E-mail: vanessamcz@live.com

4 Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe – UFAL; Professora do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: thalitalima@gmail.com

